



## Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 28/04/2025

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

### **Período antes da ordem do dia**

- a) Intervenção do público; .....
- b) Intervenção dos Membros da Assembleia; .....
- c) Informações.....

### **Ordem do Dia**

- 1. Discussão e aprovação das Atas das reuniões anteriores; .....
- 2. Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2024.....
- 3. Apreciação das alterações ao Inventário de Bens desta Junta de Freguesia. ....
- Discussão e aprovação da Segunda Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de 2025 .....
- 5. Relatório de atividades da Junta.....

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia, Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, André Adolfo da Silva Teixeira, André Ricardo Martins Viana Barbosa, Ângela Maria Pinto Ferraz, Ana Helena Pinto da Conceição Sousa, António Joaquim Teixeira da Mota, Hugo Alexandre Fernandes Peixoto, Juliana Cardoso da Silva, Maria de Fátima Plácido Aparício, Marco Gabriel Ramos Pinto, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida, Filipe Ramalho Teixeira. Verificaram-se, também as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Partido Socialista (doravante designado por PS) Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso por David José Lopes Magalhães, Marta Andreia Ferreira Azevedo por Jorge



Manuel Gonçalves Cunha Dias Fernandes, do Partido Chega (doravante designado por CH) João Pedro Ferreira Geraldês por Pedro Daniel Pedrosa Teles dos Santos.....

#### **Período antes da Ordem do Dia**

##### **a) Intervenção do público**

O Presidente da Mesa, Josué Moraes, deu início à reunião e antes de dar a palavra ao público informou que não seria possível transmitir a reunião via Internet devido ao apagão elétrico ocorrido no país no dia da reunião. De seguida e dando-se início à intervenção do público deu a palavra ao freguês Miguel Dias, que começou por fazer referência à situação da freguesia Andreia Pereira e da pequena Laís. Considerou que o Presidente da Junta era o elo de ligação entre os Ermesindeiros e a Câmara Municipal de Valongo. Afirmou que o Presidente da Junta deveria estar um pouco mais focado no problema, nomeadamente quanto à localização da habitação a ser atribuída, no final de maio, a Andreia Pereira e a Laís, pois a mesma fica próxima da casa onde residem familiares dos atuais vizinhos que podem potenciar eventuais conflitos. -----

De seguida, o freguês Jaime Azevedo fez uma intervenção (esta intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número um** fazendo parte integrante da mesma). .....

Seguidamente o Presidente da Junta, Miguel Oliveira, relativamente à situação amplamente difundida na comunicação social e redes sociais e que não precisava de ser identificada disse que a Junta de Freguesia e o seu Executivo não considerava ter que pedir desculpa a quem seja porque tudo se fez dentro daquilo que está na esfera de atribuições e que fora para além disso. Afirmou que a partir do momento em que a referida freguesia, em setembro de 2024, se dirigiu aos serviços no sentido de procurar apoio que a freguesia lhe podia prestar foi encaminhada para todas as entidades competentes. Quanto às considerações concretas disse que a Junta de Freguesia de Ermesinde estava totalmente disponível para continuar a apoiar todos os fregueses da cidade. Quanto aos tanques aromáticos afirmou não ter ainda resposta para dar pois o mesmo não estava no plano de atividades e orçamento aprovado pela Assembleia de Freguesia e que novas inclusões eram sempre mais difíceis mas que não punham de parte que se possa executar.....

##### **b) Intervenção dos membros da Assembleia**



Ângela Ferraz, da Coligação Democrática Unitária PCP PEV (doravante designado CDU) fez uma intervenção acerca da situação dramática vinda a público em que vivem uma mãe e filha (esta intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número dois** fazendo parte integrante da mesma).....

Continuando no uso da palavra Ângela Ferraz (CDU) abordou a questão da grave situação da habitação no concelho de Valongo (esta intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número três** fazendo parte integrante da mesma).....

Pedro Santos (CH) usou da palavra para apresentar as suas preocupações nomeadamente a falta de comodidades nas paragens da UNIR, espelho partido do cruzamento da rua de Ermesinde com a rua Augusto César de Mendonça e outras (esta intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número quatro** fazendo parte integrante da mesma).....

De seguida Hugo Peixoto do Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) usou da palavra (esta intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número cinco** fazendo parte integrante da mesma).....

Seguidamente André Barbosa (PSD) iniciou a sua intervenção criticando o Presidente da Assembleia de Freguesia por não ter adiado a reunião, por causa do apagão elétrico ocorrido, a exemplo do que aconteceu com a reunião da Assembleia Municipal. Em relação aos passeios da rua da Formiga cuja obra ainda não foi entregue disse que era necessário resolver a situação pois a romaria de Santa Rita seria em breve e esta é uma das principais artérias de acesso à romaria. Referiu ainda a situação do lixo junto ao skatepark, próximo das piscinas municipais, que apesar de já ter falado com o Presidente da Junta a situação ainda se mantinha e que vários moradores se queixaram da situação. Relativamente à Polícia Municipal disse que gostaria de saber o que mais que a polícia estava a fazer no momento ou se estava somente em fase de implementação. Quanto à questão das baratas que eventualmente podem voltar a aparecer, como no ano passado, nomeadamente junto ao campo dos Montes da Costa e ruas paralelas e rua da Formiga perguntou se havia algum planeamento para evitar o aparecimento das mesmas. De seguida o Presidente da Junta, Miguel Oliveira, usou da palavra para responder às questões levantadas, começando pelas postas por André Barbosa (PSD) dizendo quanto às baratas que era verdade, que com o tempo quente havia mais insetos na rua e nos saneamentos e afirmou ainda que apesar de ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Valongo sempre que o



Executivo tinha conhecimento comunicava à Câmara que tem um contrato de prestação de serviços com uma empresa externa que procede à desbaratização. Quanto à Polícia Municipal, disse que efetivamente já estava em funcionamento e que já tinha Comandante e que já tinha encetado um conjunto de fiscalizações na cidade de Ermesinde quer ao nível do estacionamento em locais proibidos bem como algum apoio à Junta, como por exemplo, nas comemorações do Carnaval. Quanto ao número de agentes, de veículos e plano de ação da Polícia Municipal, o Presidente da Junta disse que ia questionar o Sr. Comissário e quando tivesse resposta a partilharia com a Assembleia de Freguesia. No que diz respeito ao lixo no skatepark reconheceu ser um problema e que a resolução do mesmo não poderia ficar só pelos autarcas ou pelos políticos mas sim uma resolução comunitária de todos. Afirmou também que o déficit de recolha de resíduos sólidos urbanos, da responsabilidade da Câmara Municipal, está a dificultar muito o serviço de varredura que é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Ermesinde. Quanto à rua da Formiga, disse que no dia que ia ocorrer a entrega da obra foi alertado por um comerciante da rua da Formiga que o cimento não tinha ido à obra. Afirmou também que logo nesse próprio dia com a empresa e com os técnicos municipais responsáveis pela empreitada alertou para esse facto. Que na sua opinião o passeio estava pior que ao que estava e que pedira também aos serviços municipais que quando o empreiteiro informasse que iria retomar a correção de todo aquele espaço de passeios que informasse o Executivo da Junta para este acompanhar a execução daquela correção. Respondendo a Hugo Peixoto (PSD) disse que, relativamente ao ano de 2024, a Junta de Freguesia tinha aumentado os investimentos para números nunca antes vistos, desde de que se construiu o edifício da Junta não tinha havido um investimento tão elevado, correspondendo a quase 10% do orçamento. Disse também que o Executivo tinha investido em equipamentos que permitam melhor cuidar do espaço público. Referiu ainda que sempre acreditou na reivindicação de gabinete, dura, frontal, séria comprometida com os interesses da cidade independentemente das cores político partidárias da Câmara Municipal, Governo da República ou de qualquer organismo público ou setor empresarial do Estado e que é o que têm vindo a fazer. Afirmou ainda que tem dito várias vezes ao Presidente de Câmara e Vereadores que era preciso investir mais na cidade de Ermesinde e continuar a recuperar as vias e arruamentos, passeios e espaços públicos. Disse também que iria continuar a reivindicar porque para si nunca era tarde fazer o que era certo e que ainda havia tempo para fazer muita coisa e esperava que muita coisa seja necessariamente feita. Quanto às questões que Pedro Santos (CH) colocou, reconheceu que já não era a primeira vez que se falava



sobre os abrigos nas paragens da UNIR e que estava em concurso a aquisição dos referidos abrigos esperando que o concurso se conclua para rapidamente se instalar os mesmos. Quanto ao espelho que está desalinhado na rua de Ermesinde com a rua Augusto César Mendonça agradeceu o alerta e disse que ia fazer seguir o pedido para Câmara Municipal de Valongo para o seu alinhamento. Quanto ao desbloqueio feito pelo Governo de uma verba de 3,7 milhões de euros para contratação de assistentes operacionais disse que ia questionar o Sr Presidente da Câmara se havia disponibilidade de verba para o município e em caso afirmativo qual o seu montante. Quanto à Polícia Municipal disse já ter respondido aquando da resposta a André Barbosa (PSD) e que ia perguntar ao comissário e logo que tivesse resposta a fazia chegar à Assembleia de Freguesia. Quanto ao circuito de videovigilância disse que efetivamente o Sr Presidente de Câmara teve essa intervenção pública e que decorreram reuniões com o Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública no sentido de avaliar da possibilidade da instalação de sistema de videovigilância no concelho de Valongo que começaria pelas cidades de Ermesinde e Valongo. Afirmou ainda que ia questionar o Sr Presidente da Câmara em que ponto está ou não a instalação do sistema de circuito de videovigilância na cidade de Ermesinde e que da resposta que for dada daria conhecimento à Assembleia de Freguesia. Em resposta a Ângela Ferraz (CDU) e relativamente à habitação disse que também achava que a habitação era uma questão nacional, um desígnio nacional e um grande desafio nacional. Informou ainda que o Governo da República tinha autorizado o Município de Valongo a construir 150 novas habitações. No que diz respeito à situação da família monoparental, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou que a grande vítima desta situação era a cidade de Ermesinde porque nos últimos dias tinha sido falada pelos piores motivos quanto tinha tantos motivos bons para serem conhecidos. Também disse que a Junta de Freguesia ao longo destes ultimas meses fizera muitas diligências, nomeadamente com a Be Water , Empresa de Aguas de Valongo com quem se abordou o problema do excesso de consumo de água atribuída a um agregado familiar que não tinha condições para pagar. Além desta diligência e de outras o Presidente da Junta de Freguesia disse que fizeram um conjunto de diligências com a Câmara Municipal de Valongo, com o SAAS, com a própria responsável do referido agregado familiar, com o advogado officioso e com um conjunto de pessoas que poderiam ter intervenção e ajudar a resolver a situação. Também que apesar do Executivo ter feito tudo o que estava ao seu alcance não atingiu os objetivos que pretendiam, realçando, no entanto, que também foi pedida uma vistoria de insalubridade. Dirigindo-se diretamente a Ângela Ferraz (CDU) disse que o Executivo tinha ido muito além



daquilo que eram as atribuições e competências da Junta e que continuariam disponíveis para irem além das atribuições e competências da mesma. ....

De seguida Rui Almeida, Centro Democrático Social - Partido Popular (doravante designado por CDS-PP) usou da palavra para fazer um requerimento à mesa da Assembleia de Freguesia para que fosse disponibilizado o documento da intervenção do freguês Jaime Azevedo.

Ângela Ferraz (CDU) tomou a palavra e começou por dizer, sobre a deficiente recolha dos resíduos sólidos urbanos em Ermesinde, que esta situação já fora abordada várias vezes pela CDU e que sempre nestas intervenções foi dito que a situação era consequência da atribuição dessa competência aos privados. Ainda sobre esta matéria afirmou, até porque residia em Ermesinde, haver pessoas que não têm boas práticas na deposição do lixo, mas que certamente seria consequência da deficiente gestão dos locais onde são instalados os equipamentos, muitas vezes não tão perto das casas como seria desejável, criando dificuldades a quem dificuldades de mobilidade. Quanto ao investimento na habitação que todos tinham vontade de investir na mesma, disse que era mentira, não que o Sr Presidente da Junta não tenha vontade, mas sim que era mentira porque até hoje os Governos que tem estado a governar tem sido o PS e o PSD, em governos de alternância, e a vontade que demonstram é muito pouca porque o desinvestimento existe. Também ainda em relação à questão da D. Andreia, se houve diligências junto da Be Water, perguntou o que se procurava saber junto da referida empresa.....

Seguidamente Tiago Teixeira (PSD), relativamente à requalificação da via-férrea disse gostar de saber, se possível, como iam ficar as passagens de nível entre a travessa de Ermesinde e a travessa da avenida João de Deus. ....

Miguel Oliveira, Presidente da Junta, respondendo a Tiago Teixeira (PSD) disse ter o Executivo pedido uma reunião com o Sr Presidente da CP, já há alguns meses, mas que ainda não obtiveram resposta, mas que sabia que a Câmara Municipal de Valongo tinha reunido com a IP no sentido de ser auscultada quanto às intervenções previstas para o alargamento da linha de comboio que passa em Ermesinde e que a Câmara ficou de encaminhar para a Junta o que foi apresentado pela IP para a intervenção. Também confirmou que ia haver intervenções e alargamento nos túneis e passagens rodoviárias que não tinha informação detalhada. Disse também que o Executivo gostava que a IP procedesse à requalificação do túnel da Choca que





colocadas no parque infantil junto da Estação do lado da Gandra e em resposta a Ângela Ferraz (CDU) afirmou que as mesmas foram colocadas no âmbito de uma empreitada da Câmara Municipal de Valongo. Considerou ainda que este tipo de mobiliário urbano facilita a deposição de resíduos e que nos últimos meses a Junta de Freguesia tendo vindo a colocar várias prateleiras todas as semanas com especial enfoque junto das escolas, paragens de autocarro, passadeiras e em locais onde as pessoas param. ....

**c) Informações** .....

Não houve informações .....

**Ordem do Dia** .....

**Discussão e aprovação das Atas das reuniões anteriores** .....

Não havendo intervenções sobre este ponto as atas foram aprovadas por todos aqueles, em condições legais, de as poderem votar.

Não votaram a ata de 30 de dezembro de 2024, em virtude de não terem participado na referida reunião, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso (PS), André Adolfo da Silva Teixeira (PS) Ana Helena Pinto da Conceição Sousa (PS) Marco Gabriel Ramos Pinto (PS). ....

Não votaram a ata da reunião de 20 de março de 2025, por não terem participado na mesma, António Alberto Alves de Sousa (PS), Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso (PS), Ângela Maria Pinto Ferraz (CDU) Ana Helena Pinto da Conceição Sousa (PS). ....

**Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2024** .....

Não havendo intervenções sobre este ponto o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia pôs à votação sendo o mesmo aprovado com 9 votos a favor do PS e 6 abstenções (3 do PSD, 1 do CDS-PP, 1 CDU e 1 do CH). ....

De seguida Ângela Ferraz (CDU) apresentou uma declaração de voto (esta declaração de voto fica anexada à presente ata como anexo **número seis** fazendo parte integrante da mesma) .....

**Apreciação das alterações ao Inventário de Bens desta Junta de Freguesia** .....

Sobre este ponto não houve intervenções .....



#### **Discussão e aprovação da Segunda Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de 2025 .....**

Ângela Ferraz (CDU) interveio para perguntar para que fim se destinava a aquisição das carrinhas. ....

Seguidamente o Presidente da Junta, Miguel Oliveira, respondendo a Ângela Ferraz (CDU) disse que na semana anterior a carrinha que tinha sido cedida pela Câmara de Municipal de Valongo tinha avariado de tal forma que os mecânicos consultados não garantiam que apesar de reparação a mesma ficasse a funcionar pelo que o Executivo iria tentar adquirir uma em 2ª mão. Que esta revisão tinha por objetivo juntar dinheiro das rubricas que não tenham sido executadas no PPI. Também informou que houve um acidente com outra carrinha com plataforma que tinha sido adquirida para permitir a poda das árvores. Afirmou ainda que o Executivo iria tentar adquirir uma carrinha, preferencialmente homologada para receber uma plataforma elevatória para se continuar o plano inicial que era fazer podas, fazer recolha de ramos mortos, fazendo de facto a limpeza das árvores. ....

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Josué Morais, não havendo mais intervenções sobre este ponto pôs o mesmo a votação sendo aprovado com 10 votos a favor (9 do PS e da 1 CDU) e 5 abstenções (3 PSD, 1 CDS-PP e do 1 do CH) . ....

#### **Relatório de Atividades da Junta**

Não havendo intervenções sobre este ponto e não havendo mais nada a discutir o Presidente da Mesa da Assembleia, Josué Morais, pôs à votação as minutas das deliberações tomadas, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade.

O Presidente:

O Primeiro secretário:

O Segundo Secretário:



### "Casamento da Culpa" – Intervenção na Assembleia de Freguesia

Exmo. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia de Freguesia, Exmos Srs. Eleitos, Comunicação Social, concidadãos aqui presente e lá em casa,

Permitam-me lembrar uma proposta, apresentar três novas e fazer uma declaração que o momento exige, pelo que peço desde já latitude ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia.

Quanto às propostas:

- Projeto de Tanques Aromáticos (Tanque de Sá) encontra-se em perigo de derrocada;
- Projeto de Indexação de Assentos de Batismos, Casamentos e Óbitos e a possibilidade de colocar um QR code com autorização dos familiares
- Projeto Noite Branca pelo Marco Sousa das Saibrelas
- Bairro Mirante de Sonhos e Bairro da Palmilha

Quanto à declaração:

Permitam-me hoje, de forma simbólica, celebrar um casamento. Um casamento muito especial.

Diz o povo que "a culpa não deve morrer solteira", e, por isso, estamos hoje aqui para lhe dar o devido enlace. Porque se houve erros, omissões, apatia e falta de solidariedade, então é justo que **a culpa seja casada com todos aqueles que lhe fizeram companhia.**

**Nomes há muitos:** Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, André Ricardo Martins Viana Barbosa, Ângela Maria Pinto Ferraz, António Joaquim Teixeira da Mota, Florentino Paulo Mota da Silva, Hugo Alexandre Fernandes Peixoto, Juliana Cardoso da Silva, Manuel Almeida Costa, Maria de Fátima Plácido Aparício, Marco Gabriel Ramos Pinto, Tiago Filipe Ramalho Teixeira.

Aos quais se juntam ainda, substituindo outros membros sob o artigo 78.º da Lei n.º 169/99, com redação da Lei n.º 5-A/2002: André Adolfo da Silva Teixeira, David José Lopes Magalhães, Paulo Alexandre Teixeira Correia, Carlos Albertino Pinto Fonseca, Nuno Miguel Cid dos Santos, Pedro Daniel Pedrosa Teles dos Santos.

Todos estes nobres representantes, **na tranquilidade do centro e na insegurança da Gandra, na falta de água e nas inundações, nas dificuldades, nas festas e nos cemitérios**, estiveram presentes ou ausentes — mas nunca indiferentes às suas responsabilidades.

Por isso, hoje, neste ato simbólico, **eu vos pergunto**, como nas cerimónias nupciais:

**"Aceitais, vós, senhores e senhoras membros da Assembleia, tomar a culpa como legítima companhia, nas alegrias e nas dificuldades, até que o fim do mandato vos separe?"**

Se alguém tiver algo a dizer contra esta união, que fale agora, ou cale-se para sempre.

A cidade de Ermesinde **merece um pedido de desculpas.**

O executivo da Junta também **merece um pedido de desculpas** por não terem estado unidos no momento mais difícil.

Senhor Presidente, não se demita. Assuma os erros, sim. Peça desculpa, sim. Aprenda com as circunstâncias, e evite repeti-las. Mas saiba também que **não esteve sozinho** nesta história.

**Pergunto-vos:**

- Onde estavam nas últimas reuniões de executivo?
- Como podem ser solidários com a população, se entre vós próprios não há solidariedade e estão apenas à espera do deslize do colega para lhe tomar o lugar?
- Quem daqui já foi visitar a família Romani e procurar soluções concretas?
- Quem pediu vistoria de salubridade para garantir condições dignas às habitações e à escola?
- Quem pediu para limpar e conservar os tanques da freguesia, projeto que, humildemente, eu próprio apresentei, mas que caiu no esquecimento?

Eu, que não sou militante de partido nenhum, ouvi comentários vergonhosos de quem ocupa cargos políticos:

"Não te metas em coisas do direito privado."

"Se calhar foi a senhora que roubou água com os ocupantes."

"Essa história está muito mal contada."

Essas palavras não confortam os aflitos. Antes, confortam os acomodados e ferem ainda mais os desprotegidos.

**E pergunto novamente:**

- Porque não foi feita uma votação nesta casa sobre o caso da senhora que ficou sem água?
- Porque não consta na ata da reunião de 29 de setembro?
- Aham que proteger a freguesia é apagar os seus problemas dos registos oficiais?
- Alertaram as associações locais? Alguma se recusou a ajudar?
- Que resposta deram os serviços multidisciplinares de Valongo?
- Qual é a posição dos senhores em relação à resposta da Câmara Municipal?

Anexo 1

- Onde estavam quando o Presidente da Junta era atacado online?
- Quantos de vós partilharam imagens que apenas envergonham esta casa?

Estamos a escurar-nos em burocracias, regimentos e desculpas de atribuições materiais? Abrimos a **Caixa de Pandora**, e agora parece que preferimos comportar-nos como **abutres e hienas**, à espera que o leão caia para dominar a selva.

**Confortar os aflitos e atilgir os confortados.**

Essa deveria ser a nossa missão.

Por isso, em nome de todos os fregueses, pergunto:

**Estão os senhores eleitos e os membros deste executivo disponíveis para pedir desculpas publicamente nesta reunião e assumir a responsabilidade pela apatia que se instalou nesta freguesia e em outras situações idênticas?**

**Hoje, a culpa não morrerá sozinha.**

Casámo-la convosco.

Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia

Exmos. Membros do Executivo e Membros da Assembleia de Freguesia

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A CDU lamenta a situação vinda, recentemente, a público através de órgãos de comunicação social, da situação dramática e preocupante em que vivem uma mãe e filha adolescente na nossa freguesia. Esta situação foi denunciada pela senhora na Assembleia de Freguesia de Ermesinde em 30 de dezembro de 2024. Na altura, a senhora informou os membros desta assembleia que o executivo da Junta de Freguesia já era conhecedor da situação. Após a interrupção da Assembleia de Freguesia, que estava a ser transmitida em direto nas redes sociais e para salvaguarda da senhora, foi realizada uma breve reunião com todos os representantes políticos. Ficou assumido pelo Sr. Presidente da Junta de Ermesinde, que continuaria a acompanhar a situação e levá-la-ia ao conhecimento da Câmara Municipal de Valongo (embora a senhora tenha referido que a Câmara também era conhecedora da situação), para que fossem encontradas e concretizadas as medidas necessárias à sua resolução.

Pelo que veio ao conhecimento público, a situação mantém-se e é inaceitável que este problema persista, que os responsáveis do executivo da Junta não tenham informado os membros da assembleia sobre as diligências realizadas, caso as tenham efetuado e que os responsáveis do executivo Câmara, procurem sacudir a água do capote, fugindo às suas responsabilidades não apresentando soluções para esta família.

Desde sempre que a CDU tem vindo a salientar que as políticas desenvolvidas pelos sucessivos governos do PS e PSD refletem o desinvestimento público em políticas de habitação social, em geral, e em políticas públicas que garantam rendimentos dignos a trabalhadores, pensionistas e cidadãos que, por várias vezes, vivem com prestações sociais e apoios miseráveis. Sendo o atendimento e acompanhamento social da competência da Câmara Municipal de Valongo, bem como a gestão do parque habitacional público no concelho, encontrar soluções para o caso em questão é da sua responsabilidade e da responsabilidade da Junta de Freguesia de Ermesinde enquanto órgão de poder que pode e deve ser mediador. Não podemos deixar de referir que é, ainda, da competência da Câmara Municipal de Valongo, perante a denúncia efetuada, intervir junta da empresa Be Water a quem “concessionou” a distribuição da água, exigindo explicações sobre as vistorias efetuadas, sobre as eventuais anomalias detetadas no ramal da distribuição da água no edifício em questão e qual a

avaliação que a empresa fez sobre o consumo na ordem dos milhares de euros de um agregado constituído por duas pessoas.

Não podemos continuara a varrer os problemas para debaixo do tapete como fazem alguns políticos, as decisões políticas e as não decisões impactam na vida das pessoas. A não solução para os problemas apontados alimenta oportunismos de circunstâncias, apresentando-se agora como “salvadores” quando, por vezes, isto é consequência das políticas dos partidos que defendem. Projeta, ainda, popularismos que vêm aqui uma oportunidade para colocar em causa a democracia conquistada com o 25 de abril. A CDU é contra qualquer tipo de violência, de racismo e xenofobia, de ameaças aos representantes das forças políticas e defende que é da competência dos órgãos autárquicos que dirigem o município e a freguesia encontrar respostas às questões em causa para isso foram eleitos pelo povo. Que cada um assuma a sua responsabilidade.

Ermesinde, 28 de abril de 2025

A eleita da CDU

Ângela Ferraz

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia

Exmos. Membros do Executivo e Membros da Assembleia de Freguesia

Minhas Senhoras e meus Senhores,

## Tomada de Posição

A CDU tem vindo a abordar em diversas Assembleias de Freguesia, a grave situação da habitação no concelho de Valongo, não por reação a casos mediáticos, mas porque reconhece há muito que o acesso à habitação é uma verdadeira emergência social em Portugal.

Neste contexto, assinalamos positivamente o esforço do município de Valongo na recuperação de 43 habitações que se encontravam abandonadas em Ermesinde, no trabalho desenvolvido no âmbito do programa 1.º direito – Programa de Apoio Local ao Acesso à Habitação e na reabilitação de empreendimentos existentes.

Contudo, apesar destes esforços, a resposta é manifestamente insuficiente para as necessidades do concelho. Segundo o próprio presidente da Câmara Municipal, existem atualmente cerca de 400 agregados familiares em lista de espera por uma solução habitacional digna, e mesmo com a concretização das habitações previstas no 1.º Direito nem metade destes agregados verá a sua situação resolvida.

Sabemos que o drama da habitação não é exclusivo do nosso concelho, mas antes uma crise nacional. Mais de 13 mil pessoas vivem em situação de sem-abrigo, mais do dobro face a 2018. Quase 5% da população enfrenta uma sobrecarga nas despesas com a habitação, e as taxas de sobrelotação e privação severa de condições de habitação continuam em preocupante crescimento, tendo subido dos 4,1% para 6% em 2023.

São principalmente as famílias de menores rendimentos e as crianças as mais afetadas, mas hoje a crise estende-se também a famílias de classe média, incapazes de suportar os preços praticados no mercado.

Um estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra mostra que mais de 70% das pessoas que vivem em casa arrendadas enfrentam dificuldades em pagar a renda. Esta situação reflete diretamente as políticas que têm vindo a ser implementadas no país, tais como os baixos salários de mais de 3,4 milhões de trabalhadores que recebem menos de mil euros mensais, o aumento exponencial dos preços das casas, a precarização dos contratos de arrendamento, o aumento especulativo das rendas, a liberalização do alojamento local, a manutenção dos vistos gold e dos regimes fiscais privilegiados para estrangeiros ricos, bem como a falta crónica de investimento público em habitação e a existência de milhares de casas devolutas nas mãos de fundos imobiliários.

Se esta política não for travada, o país arrisca recuar aos anos oitenta do século passado, quando os bairros sociais de barracas marcavam a paisagem das áreas metropolitanas. Trinta anos depois do Programa especial de Realojamento, o que se está a ver é uma execução de um verdadeiro programa especial de desalojamento, conduzido por sucessivos governos.

A pobreza e as desigualdades não são fruto do acaso. A crise da habitação também não. São o resultado de políticas que incentivam a exploração, os baixos salários, a especulação imobiliária e lucros da banca, em detrimento da vida digna das famílias.

Em Valongo, apesar de alguns dos projetos em curso, a realidade local reflete esta situação nacional, a construção pública de habitação acessível continua muito aquém das necessidades, com um investimento claramente insuficientes.

A CDU tem apresentado propostas concretas para inverter a situação. Defendemos a limitação das rendas, a proteção dos inquilinos contra despejos injustificados, o controlo do aumento das prestações bancárias e o reforço do parque habitacional. Propusemos a revogação do Novo Regime de Arrendamento Urbano, a ação do estado como promotor público de habitação, a reabilitação e utilização de imóveis públicos para fins habitacionais, o incentivo à criação de cooperativas de habitação e o controlo da atividade de fundos imobiliários. Propusemos ainda linhas de crédito bonificadas para recuperação de imóveis devolutos e mecanismos de posse administrativa para colocar ao serviço da população. Todas as propostas foram rejeitadas pela maioria parlamentar onde PS, PSD, Chega, Iniciativa Liberal e CDS continuam a preferir políticas que favoreçam a banca, os fundos imobiliários e os grandes interesses económicos.





O problema da habitação é alimentado pela ausência de resposta pública, pela liberalização do alojamento local, pela manutenção dos vistos gold e pela especulação. Em Valongo, como em muitos outros concelhos, vemos prédios vazios enquanto centenas de famílias vivem em condições indignas.

É urgente mudar o rumo. É indispensável garantir habitação pública acessível, travar a especulação imobiliária, proteger quem aluga e quem paga crédito e assegurar q o direito à habitação, inscrito na Constituição da República, se cumpra plenamente na vida das pessoas.

A CDU reafirma a determinação: a habitação é um direito, não um privilégio, nem um negócio ao serviço de poucos. Em Valongo e em todo o país estaremos sempre do lado de quem luta por um futuro onde "todos, todos, todos" tenham uma casa digna onde viver.

Ermesinde, 28 de abril de 2025

A eleita da CDU

Ângela Ferraz

Anexo 4  
1/4

Dirijo-me as Sr. Presidente e aos demais membros desta assembleia para apresentar algumas preocupações e solicitar informações sobre questões importantes para a nossa comunidade.

1---No contacto com a população percebemos o descontentamento de idosos, famílias com crianças em idade escolar e de outros fregueses relativamente a falta de comodidade das paragens da Unir. A falta de abrigos adequados continua a causar transtorno aos utentes, especialmente em dias de mau tempo. Solicitamos, MAIS UMA VEZ que sejam tomadas medidas para a instalação de equipamentos que garantam o conforto e a segurança dos passageiros.

Pedimos informações objetivas e precisas ao Presidente da Camara com um plano de atuação efetivo. Visto que o futuro ex-presidente da camara, teve tempo para acompanhar a afixação dos horários nessas mesmas paragens, certamente constatou que as nossas reivindicações são justas. Esperamos que disponha de alguns minutos para dar resposta a nossa população como teve para divulgar o acontecimento nas redes sociais claramente em jeito de campanha eleitoral.

Esta situação tem-se prolongado no tempo, penso que o senhor presidente já intercedeu a nosso pedido junto da Camara Municipal, mas a situação infelizmente continua a prolongar-se.

2--- Em segundo lugar, gostaria de chamar a atenção para <sup>o</sup> espelho que se encontra desalinhado, espelho esse que tem como função facilitar a visão do transito na Rua de Ermesinde, com a Rua Augusto Cesar de Mendonça. O facto de estar desalinhado já provocou no mínimo um acidente rodoviário. O estacionamento abusivo que ali se verifica é em si um fator de insegurança, levando muitas vezes a que os peões, principalmente crianças que se deslocam para o Externato Maria Droste tenham de se deslocar para a estrada pois os passeios estão ocupados com viaturas. Acreditamos que a sua correta colocação é fundamental para garantir a segurança dos condutores e peões que circulam naquela via.

Anexo 4  
2/4

3--- A terceira questão é a seguinte: o Governo desbloqueou uma verba de 3,7 milhões de euros para a contratação de assistentes operacionais para salas do pré-escolar. Esse valor será entregue as autarquias para posteriormente o distribuir pelas escolas. Qualquer tipo de apoio para as nossas crianças com necessidades educativas especiais, como forma de melhorar o seu percurso escolar é bem-vinda. Solicitamos que a junta de freguesia questione a autarquia se as escolas dos nossos agrupamentos serão contempladas e com que valor.

4--- Gostaria também de solicitar se a junta tem algumas informações sobre a Polícia Municipal. Gostaríamos de saber quantos efetivos já estão a trabalhar, o número de viaturas existentes e o tipo de intervenções que irão desempenhar, nomeadamente se estão previstas rondas de patrulhamento na nossa cidade e o seu espaço temporal.

Sabemos todos a insegurança em determinados locais da cidade] como por exemplo na Rua de Portocarreiro, já conhecida a nível nacional pela situação da Dona Andreia e da sua filha. [E podemos mesmo afirmar até que a voz nos doa, Ermesinde tem zonas inseguras e perigosas.

5--- A minha ultima questão, começa com um excerto de uma noticia do dia 24 de novembro de 2011.

Está em estudo a implementação de um sistema de videovigilância nas ruas de Valongo e Ermesinde com o objetivo de aumentar “o sentimento de segurança” da população do concelho, anunciou o presidente da Câmara de Valongo, José Manuel Ribeiro, durante a inauguração da nova Esquadra da PSP de Valongo, nas instalações do antigo mercado municipal. “Pedimos ajuda ao Comando [do Porto da PSP] e registamos uma abertura total para começarmos o

A-ox 4  
3/4

processo de estudo e de preparação da instalação de um sistema de videovigilância aqui nas ruas, nas zonas mais adequadas”, afirmou o autarca. Segundo disse aos jornalistas, esse sistema avançará primeiro em Valongo e Ermesinde, localidades servidas pela PSP. José Manuel Ribeiro diz que estão em contacto com o Comando da PSP do Porto e com a Câmara do Porto, que está a implementar um sistema deste género.

“Estamos num concelho em que, segundo as estatísticas oficiais, a criminalidade é diminuta, mas se perguntarmos às pessoas sobre a perceção da segurança as pessoas acham que a criminalidade está a aumentar”, sustentou José Manuel Ribeiro, dizendo que, para contrariar isso a autarquia vai avançar com esta medida proactiva.

“Tomamos essa decisão e vai ser inscrita em orçamento municipal. Gastaremos o que for necessário porque é necessário num concelho tudo fazer para que as pessoas percebam que vivemos num país e comunidade segura. É um esforço que vamos fazer, é algo que temos de fazer”, defendeu o edil valonguense.

Pergunte por favor ao Sr. Presidente onde estão estas camaras de videovigilância, em que ponto se encontra este processo ou se é MAIS UMA falsa promessa.

Saliento a importância desta ferramenta para as forças da autoridade no combate ao crime e também como forte fator de dissuasão.

Acreditamos que estas informações são importantes para a comunidade e agradecemos desde já a vossa atenção e disponibilidade para responder às nossas questões ou de as fazer chegar a quem de direito.

Como resposta ao Sr. Jaime, o pedido chega e eu pessoalmente  
não temos que pedir desculpa à D. Andreia, pois tudo  
~~deveria~~ que estava ao nosso alcance fizemos para ajudar  
nesta situação. Se ~~ela~~ tivéssemos que pedir desculpa  
acredite que não terá problema em fazê-lo.  
Sempre hei afirmado à Dona Andreia que nunca  
utilizáramos a sua situação para a proeminência  
político, e mesmo assim dedicamo-nos à sua causa.  
Pode comprovar a veracidade das minhas  
palavras com a Dona Andreia.



A cidade de Ermesinde é atualmente uma área urbana densamente povoada, com problemas efetivos da complexidade da sua malha urbana. Não é demais afirmar, perante a sua sobrecarga organizacional que a qualidade urbana é insuficiente à luz dos seus fregueses. Ter a capacidade de ser inclusiva, orientada num sentido de comunidade, numa perspetiva onde os seus cidadãos se sintam incluídos e alvo da responsabilidade social e política dos seus autarcas.

Deverá desta forma, ser uma prioridade envolver a população com a sua cidade e aproximá-los no quotidiano das valências que a cidade lhes poderá oferecer. Ambiciona-se assim uma cidade mais inclusiva, decididamente virada para o futuro e para temas prementes, com enfoque para as questões da sustentabilidade ambiental, com a promoção de práticas sustentáveis, áreas de bem-estar inerentes a esta temática e a preocupação crescente da área socioeconómica, cultural e desportiva. Todas estas áreas valorizam o território e a comodidade da sua população.

Pretende-se assim, que os diferentes espaços da cidade possam ser utilizados na sua plenitude e com a qualidade inerente a um equipamento público que seja das pessoas e para as pessoas. Diminuir assimetrias numa malha urbana desagregada e retalhada deverá ser um ponto essencial de partida para uma discussão pública séria e construtiva e que eleve o nome da nossa cidade e do nosso concelho.

Sendo a cidade um espaço de relevo da Área Metropolitana do Porto, com as virtudes e os defeitos daí inerentes, constatamos que deverá ser efetivado um planeamento e investimento a curto, médio e longo prazo mais evidente, que seja agregador de forma a tornar a cidade mais atrativa, para dessa forma captar investimento e novas dinâmicas socioeconómicas capazes de modernizar a cidade.

Outros problemas relevantes constata-se no nosso quotidiano, relacionados com os resíduos sólidos, a limpeza das ruas e os jardins são problemas que se vêm constatando. Esta questão implica todos, todos são os autarcas mas também os cidadãos.

Acrescem também as dificuldades diárias que a população de Ermesinde tem na sua mobilidade, que apresentam uma degradação preocupante para os cidadãos, apesar de já se terem verificado intervenções que vieram mitigar de certa forma alguns dos problemas existentes. O espaço público e de bem comum não pode ser esquecido, por forma a que deixemos esquecer um ponto nevrálgico da harmonia e consequentemente da qualidade de vida dos nossos cidadãos.



Visivelmente temos espaços públicos abandonados e à espera de intervenção e são esses espaços que fazem a diferença numa política de proximidade, de equidade e de inclusão urbana. Enquanto cidadãos todos queremos qualidade de vida e essa qualidade de vida advém do compromisso coletivo de a promover no espaço público. Reitero que não poderão existir fregueses que ano após ano repetem publicamente que são cidadãos de segunda da nossa freguesia.

Sei naturalmente que muitas destas questões serão da responsabilidade do Município, mas terá de haver, por parte do atual executivo, um poder reivindicativo mais evidente onde exija um tratamento mais equitativo face às demais freguesias e permita mitigar o quanto antes a atual conjuntura da nossa freguesia.

Assim, pretendemos, de uma forma veemente, que a população de Ermesinde sinta que as suas necessidades, reivindicações e sugestões sejam encaradas com seriedade, por forma a que as mesmas sejam resolvidas num menor espaço temporal.

**Ermesinde, 28 de abril de 2028**



Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia

Exmos. Membros do Executivo e Membros da Assembleia de Freguesia

Minhas Senhoras e meus Senhores,

## Declaração de voto

Da mesma forma que o Orçamento de 2024 não mereceu a nossa aprovação e sendo a **Conta de Gerência** que aqui consequência desse orçamento com mais ou menos execução em algumas rubricas acrescentando o facto de ser um documento técnico que confiamos transmitir uma “imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Junta de Freguesia” vamos abster-nos na votação.

Ermesinde, 28 de abril de 2025

A eleita da CDU

Ângela Ferraz